

DIMENSÕES DA INFÂNCIA NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Eliane Mimesse Prado
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2021

DIMENSÕES DA INFÂNCIA NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Eliane Mimesse Prado
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lillian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lillian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dimensões da infância na história da educação

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Correção: Flávia Roberta Barão
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os autores
Organizadora: Eliane Mimesse Prado

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D582 Dimensões da infância na história da educação /
Organizadora Eliane Mimesse Prado. – Ponta Grossa -
PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-173-9

DOI 10.22533/at.ed.739211506

1. História da educação. 2. História. 3. Assistência. 4.
Infância. 5. Diálogo. I. Prado, Eliane Mimesse
(Organizadora). II. Título.

CDD 370.9

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

História, Assistência e Infância: um convite ao diálogo

Arlete Farge (2011) entende que a atualidade histórica provoca ao historiador novas interrogações e que “a disciplina se abre a outros caminhos, métodos e formas de exposição.” (FARGE, 2011, p.61). A atualidade que atravessamos no Brasil e no mundo, marcados pelo sofrimento de uma pandemia, nos obriga a pensar, escrever e nos entender na relação com o mundo. A pesquisa e os nossos esforços de estudo se abalam, não só pelas dificuldades conjunturais momentâneas, mas pelos sentidos que empreendemos nas relações humanas e na vida cotidiana.

A dor não é uma invariante, uma consequência inevitável de situações dadas; é um modo de ser no mundo que varia segundo os tempos e as circunstâncias e que, por essa razão, pode se exprimir ou, ao contrário, se recalcar, se expulsar ou se gritar, se negar ou arrastar outrem para ela. (FARGE, 2011, p.19)

A dor deste momento pandêmico – em terras brasileiras – dá dimensão coletiva a esta experiência da tragédia humana e da irresponsabilidade da esfera governamental federal por não agir em prol da proteção das crianças, dos jovens e adultos diante das consequências sanitárias e sociais que atravessamos. Mas, diante deste contexto, como tratar da pesquisa histórica, dos achados empíricos, enfim das análises que gravitam sobre infância? De pronto, faz-se necessário assumir que o investimento de horas a fio nos estudos sobre história da infância representa resistência e inventividade, demonstra nossa disposição em entender os fenômenos históricos e contemporâneos sobre a vida das crianças e suas experiências de infância.

O livro que tenho a honra de prefaciar se volta para muitas histórias que envolvem a dimensão da assistência, das memórias e práticas de oralidades nas comunidades de imigrantes, orientações católicas, debates jornalísticos, criação de instituições educativas para a primeira infância, casa do jornalista, enfim lugares e práticas diversas, nas quais, encontramos dimensões da infância na história da educação, conforme sugerido pelo título desta obra.

Um aspecto a destacar é a relação entre assistência, educação e infância. É recorrente perceber, na historiografia, uma dissociação entre estes campos de pesquisa e localizar estudos sobre história da assistência ou história da escolarização da infância sem pontas de diálogo ou ainda, não se reconhecendo imbricações entre estes fenômenos sociais. Neste livro, o leitor encontrará fragmentos de histórias que perpassam por estes dois campos, investigações que dialogam e apontam para a potencialidade dos nexos entre eles.

É também necessário reafirmar que os esforços que são empreendidos pelos pesquisadores em seus estudos individuais, depois partilhados em fóruns coletivos e associações científicas e, por fim, chega ao público mais amplo por meio da escrita em formato de livro, revela não só a devolutiva social do compromisso com a produção do conhecimento, mas a colaboração em fortalecer os espaços coletivos, de agremiação temática e profissional que sedimenta o campo que, sobre ele, estudamos e atuamos. A

história da infância e da juventude é fortalecida pelos investimentos feitos por meios das pesquisas divulgadas, mas nós - como pesquisadores e leitores - também nos alimentamos destas obras para entender melhor os fenômenos sociais e nos entendermos como sujeitos históricos.

Que os tempos estranhos atuais cedam lugar para novos desafios, perspectivas e sociabilidades e que os livros nos embalem e nos inspirem!

Gizele de Souza

REFERÊNCIA

FARGE, Arlette. **Lugares para a História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. [Coleção História e Historiografia]

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1.....	3
COM PIEDADE RUMO À FORÇA: A FILANTROPIA E AS CRIANÇAS POBRES NA OBRA DE BRONISLAW GEREMEK	
<i>Rafaela Paula da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7392115061	
CAPÍTULO 2.....	14
CRIAÇÃO DE CRÈCHES PARA FILHOS DE MÃES TRABALHADORAS	
<i>Eliane Mimesse</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7392115062	
CAPÍTULO 3.....	25
O QUE DIZEM OS JORNAIS SOBRE A EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA: UM LEVANTAMENTO SOBRE A CIRCULAÇÃO DAS IDEIAS DE OVIDE DECROLY EM PERIODICOS BRASILEIROS 1914-1935	
<i>Letícia Marques Borges Vilela de Carvalho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7392115063	
CAPÍTULO 4.....	33
LÍNGUA DE HERANÇA E INFÂNCIA: MEMÓRIAS E PRÁTICAS DE ORALIDADES NAS COMUNIDADES DE IMIGRANTES VÊNETOS NO PARANÁ NO SÉCULO XX	
<i>Elaine Cátia Falcade Maschio</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7392115064	
CAPÍTULO 5.....	45
ORIENTAÇÕES CATÓLICAS PARA A INFÂNCIA ÍTALO-BRASILEIRA DE CURITIBA E REGIÃO (1926 – 1965)	
<i>Mara Francieli Motin</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7392115065	
CAPÍTULO 6.....	56
SOB A TUTELA DO ESTADO: A SUSPENSÃO DO PÁTRIO PODER NA CASA DO PEQUENO JORNALEIRO (CURITIBA, 1960-1980)	
<i>Nicolle Taner de Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7392115066	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	69

INTRODUÇÃO

Este volume surgiu dos debates decorridos no XVII Encontro Regional de História da ANPUH Paraná, em novembro de 2020, no Simpósio Temático Infâncias, Adolescências e Juventudes: histórias e historiografia. O primeiro evento a acontecer de forma totalmente virtual e, por esse motivo muito aguardado por todos. É certo que ninguém imaginava como se desenvolveria na prática tal evento, mas para surpresa geral, foi um sucesso. Recebemos o maior número de inscritos em nosso Simpósio Temático desde sua criação em 2014, excedendo o número máximo de inscritos e com vários participantes de outros estados. A quantidade de trabalhos inscritos e apresentados foi significativa, maior que nas versões presenciais. Afinal, o modo a distância tem relevância, quanto a participação destes colegas dos outros estados. Registra-se neste momento em que publicamos essa coletânea, que aguardamos ansiosos a volta da normalidade e dos encontros presenciais, e que essa situação pandêmica possa cessar.

Em todos esses anos tentamos a partir dos trabalhos apresentados nos encontros estaduais reunir um grupo, cada vez maior de pesquisadores, com novos olhares e novas perspectivas para estudar a temática da infância e da juventude. Buscamos estudiosos atentos às novas perspectivas de análise sobre a temática.

Se é verdade que a história só começa quando o historiador faz ao passado, em função de seu próprio presente, perguntas das quais os contemporâneos não poderiam ter a menor ideia, quem nos dirá – desde agora – qual inquietação, se esconde por trás dessa necessidade de acontecimentos, qual nervosismo implica essa tirania, qual acontecimento maior de nossa civilização exprime a colocação desse vasto sistema do acontecimento que constitui a atualidade? (NORA, 1988, p. 192)

Por esse motivo, é possível identificar que os textos reunidos neste volume abordam este aspecto da história, porque a partir da leitura de um autor que descreveu a história da pobreza em alguns países da Europa nos séculos da modernidade, Rafaela Paula pôde identificar os resquícios em seu discurso sobre a filantropia para a infância. Na leitura detalhada de periódicos dos séculos passados Eliane Mimesse e Letícia Marques restituíram as informações sobre as creches na cidade paulistana e as notícias sobre as práticas educativas de Jean Decroly na capital paranaense. Na verdade, o uso dos periódicos como fonte para pesquisa seria banal, mas o olhar das pesquisadoras alterou essa ação porque “tudo começa com o gesto de selecionar, de reunir, de transformar em ‘documentos’ determinados objetos distribuídos de outra forma”, conforme citou Certeau (1988, p.30). O mesmo autor enfatizou ainda que os documentos que serão produzidos a partir da pesquisa poderão acabar alterando seu tempo, seu lugar e suas normas.

Para além dos periódicos as pesquisas fazem uso de outros documentos oficiais, mantidos em acervos governamentais, privados, religiosos, etc. É necessário buscar informações sobre legislações, ofícios, requerimentos, atas, anuários estatísticos, bulas, cartas, estatutos, relatórios, prontuários, entre outros. Mara Francieli recorre a modelos específicos de documentos eclesiais para identificar nuances da infância imigrante nas áreas coloniais próximas da capital paranaense; Nicolle Taner busca nos relatórios e prontuários institucionais indícios dos acontecimentos cotidianos que envolveram os

meninos órfãos que viviam em uma instituição profissional na cidade de Curitiba e, por esse motivo devemos atentar, ao processo de criação dos documentos.

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho (...) que ele traz deve ser em primeiro lugar analisado desmistificando-lhe o seu significado aparente. (...) No limite não existe um documento verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo. (LE GOFF, 1994, p. 547)

O papel do historiador é cruel. É o inquisidor dos documentos que usa como fontes primárias, seus únicos companheiros de sua longa jornada na pesquisa. Mas, existe a possibilidade de usar outros artefatos que contribuam com sua pesquisa e amenizem o trabalho nos arquivos. Uma possibilidade é a aproximação com a história oral, os sujeitos envolvidos podem ser entrevistados, essas entrevistas serão gravadas e depois transcritas. O rigor do historiador, neste caso, será apenas na elaboração do roteiro para os sujeitos envolvidos, nos momentos de gravação e de transcrição. Certamente, o grupo a ser escolhido para o desenvolvimento com a pesquisa de história oral, também deve ser levado em conta. É exatamente neste contexto que Elaine Cátia trabalha sua pesquisa, com o Centro de Estudos Vênets do Paraná. A partir das memórias dos adultos, a pesquisadora fez o resgate das ações e práticas desenvolvidas por essas pessoas quando eram crianças. A memória, como citou Le Goff (1994, p. 423) tem uma propriedade de “conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”.

Com este volume o Simpósio Temático Infâncias, Adolescências e Juventudes: história e historiografia no Paraná demonstra que têm envolvimento ativo de pesquisadores, a pretensão é colaborar com a difusão do conhecimento histórico sobre infância e juventude paranaense e brasileira.

REFERÊNCIAS

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Suzana F. Borges. 3.ed. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1994.

NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos problemas**. Trad. Theo Santiago. 3.ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988, p. 179 – 193.

CAPÍTULO 1

COM PIEDADE RUMO À FORÇA: A FILANTROPIA E AS CRIANÇAS POBRES NA OBRA DE BRONISLAW GEREMEK

Data de aceite: 19/04/2021

Data da submissão: 15/03/2021

Rafaela Paula da Silva

Universidade Federal do Paraná
Curitiba – Paraná

<http://lattes.cnpq.br/7032487113560146>

RESUMO: Este capítulo objetiva discutir como a infância e o trabalho em instituições de isolamento da Europa durante a modernidade (1453-1789) se relacionam a caridade, a filantropia e a educação na obra “A Piedade e a Força: História da Miséria e da Caridade na Europa” (1995) de Bronislaw Geremek. A tese central é que embora Geremek não tenha se dedicado especificamente a discutir a situação da infância pobre, ele oferece em seu texto subsídios para identificar o papel social e as funções exercidas pelas crianças neste contexto, na medida em que, discute o pauperismo de maneira ampla. A proposta se ampara especificamente nos exemplos da França, Inglaterra e Itália apresentados pelo autor e os relaciona as ideias de outros pesquisadores sobre a História da Infância na Europa e a filantropia. Assim, o isolamento de crianças em casas de trabalho e hospitais associado ou não ao trabalho compulsório permite problematizar aspectos da caridade, beneficência e da filantropia.

PALAVRAS-CHAVE: história da infância, trabalho, isolamento compulsório, filantropia.

IN BRONISLAW GEREMEK’S WORK

ABSTRACT: This text discusses how childhood poverty and compulsory labor in European isolation institutions during the Modern Age (1453-1789) have related to the notions of charity, beneficence and philanthropy in Bronislaw Geremek’s “The mercy and the gallows: History of poverty and charity in Europe” (1995). The main thesis is that even though the author hasn’t dedicated himself to specifically discuss the situation of poor children, he offered, in his book, tools to identify their place in society and the functions performed by them in this and in different contexts. As far as it talks about impoverishment in a wide manner, it also ponders on the control and social assistance processes, associated with poor people’s freedom restraint. This analytical proposal supports itself specifically on France, England and Italy examples presented by the author and relates them to other researchers’ ideas on both History of childhood in Europe and philanthropy. Therefore, the isolation of children in workhouses and hospital institutions related or not to compulsory labor is a bias that allows discussing charity, beneficence and philanthropy aspects.

KEYWORDS: History of childhood, compulsory isolation, labor, philanthropy

1 | INTRODUÇÃO

A princípio parece uma ideia contraditória que a piedade sendo um sentimento bom e cristão leve à força, uma forma de execução dolorosa e medieval. Esta lógica aparentemente paradoxal e complexa constitui o argumento central da obra **A Piedade e a Força:** História da Miséria e da Caridade na Europa escrita por Bronislaw Geremek. Publicada originalmente em

WITH MERCY TOWARDS THE GALLOWES:
PHILANTHROPY AND POOR CHILDREN

francês e italiano (1986), depois em castelhano (1989) e, em português lusitano (1995).

O livro é um longo ensaio sobre o pauperismo na Europa durante a Idade Média (séculos V ao XV) e a Idade Moderna (séculos XV ao XVIII). A tese do autor é que as mudanças ocorridas entre a Idade Média tardia e a modernidade teriam definido as bases de como o continente lidou ao longo do tempo com a pobreza, a assistência social e a filantropia. Porque para ele existem conjunturas de longa duração que se atualizam e compõem a mentalidade coletiva.

O livro é estruturado em cinco capítulos: o primeiro trata da utilidade dos pobres na Idade Média, o segundo discute a pobreza na modernidade, o terceiro relata as reformas da beneficência, o quarto narra processos de enclausuramento dos pobres na modernidade e o último é sobre a miséria no mundo contemporâneo e o movimento filantrópico.

As três primeiras partes do texto são consideravelmente maiores que as duas últimas, isso se deve aos temas de Bronislaw Geremek, porque ao longo de toda sua formação e atuação profissional ele pesquisou a Idade Média e os grupos marginais. Portanto, ainda que o livro possua uma abordagem ensaística mais ampla, seus principais subsídios pertencem a este período.

O autor era judeu, intelectual engajado, comunista e posteriormente transformou-se em liberal e pesquisador medievalista interessado nos grupos marginalizados. Ele nasceu em Varsóvia em 1932, era filho de um rabino morto em Auschwitz, passou sua infância no gueto de Varsóvia de onde fugiu com a mãe em 1943. Seu padrasto que o educou era agricultor e católico. Geremek formou-se em História na Universidade de Varsóvia, fez o doutorado e passou a ensinar na Academia das Ciências. Estudou em Paris com bolsas francesas, foi discípulo de Fernand Braudel e amigo de Georges Duby e Jacques Le Goff. (FERNANDES, 2008)

Defendeu em 1972 uma segunda tese intitulada: **Marginais parisienses nos séculos XIV e XV**. Seguiram-se os seguintes textos, **Inúteis no mundo: Vagabundos e marginais na Europa nos séculos XIV e XV**; **A Piedade e a Força: História da Miséria e da Caridade na Europa** e **Os Filhos de Caim: Imagens dos pobres e dos vagabundos na literatura dos séculos XV ao XVII**. Em 1993 ele ocupou uma cadeira no Collège de France e mais tarde foi eleito para várias academias. Morreu num acidente de carro em 2008 com 76 anos, enquanto dirigia sua Mercedes por uma estrada polonesa rumo a Bruxelas. (FERNANDES, 2008)

Portanto, como afirmou Sabater (2017) em sua resenha conhecer toda a trajetória pessoal, intelectual e política de Geremek ajuda a compreender as influências múltiplas de sua abordagem historiográfica heterodoxa. Com referenciais marxistas e influências dos Annales, sua produção possui uma dimensão socioeconômica, mas também social e que considera as mentalidades:

Tudo isso nos ajuda a entender o enfoque historiográfico de Geremek, que parte do marxismo, mas fazendo uma releitura própria e heterodoxa que permite a ele confrontar realidades sociais e imagens mentais. Estudar a pobreza implica para Geremek conhecer não só sua dimensão socioeconômica, senão também o olhar da sociedade. (SABATER, 2017, p. 178, tradução nossa)

21 A CARIDADE, A BENEFICÊNCIA E A FILANTROPIA

A reflexão de Geremek (1995) trata inicialmente da caridade cristã na Idade Média, mais tarde substituída pelas políticas sociais e pela beneficência moderna e, depois pela filantropia. Talvez a versão mais desenvolvida desse processo que o autor tenta rastrear seja a filantropia e o movimento filantrópico presentes no último capítulo. Mas, também existem inúmeros vínculos entre estas três noções, para Sgarbossa (2015, p. 10) a filantropia se funda na ideia da beneficência individual e privada, constituída por instituições de auxílio aos necessitados. Mesmo tendo uma orientação laica ainda associa miséria e crime.

A palavra filantropia vem do grego *philos*, amigo e *anthropós*, homem ou humanidade e nos textos do Corpus Hippocraticum da Escola de Cos descreve duas formas de moral: a ética e a etiqueta, a “ética da filantropia” era centrada no amor a humanidade, no benefício do enfermo e exigia a prática de virtudes humanitárias como compaixão, respeito, honestidade. (DRUMOND, 2010, p.120)

Os três conceitos para Geremek (1995) têm um vínculo lógico, porque se referem as formas historicamente desenvolvidas de auxílios aos pobres. De modo que, a caridade, a beneficência e a filantropia são formulações conceituais complexas deste auxílio com um viés discursivo e outro prático. A caridade, segundo ele partia do pressuposto que a pobreza tinha um papel dentro da religião e ajudar aos necessitados era importante. No caso da beneficência a preocupação maior era a ordenação e o controle social, associados as políticas sociais que eram em geral coercitivas. Como os internamentos compulsórios e o trabalho forçado nas instituições de internamento, fossem elas hospitais ou casas de trabalho.

Nos últimos séculos com a filantropia houve o esvaziamento da ideologia religiosa somado a compaixão pelos pobres, reavivada a partir do século XVIII com as ideias do iluminismo que entendia a pobreza parte como resultado da ignorância dos pobres e parte falta de solidariedade dos ricos.

É sobretudo através da criação de escolas para crianças pobres que se realiza o ideal filantrópico. A instrução pública como forma de ação social fora preconizada pelos pensadores do Renascimento e posta em prática tanto na Genebra de Calvino como na Veneza -- embora tenham sido os protestantes a desenvolvê-la de forma mais consequente e eficaz. O *Philanthropinum* de Dessau, escola modelo fundada e dirigida por J. B. Basedow nos anos 1774-1785, é um exemplo de realização princípio de amor a humanidade, o mesmo é dizer da filantropia. O movimento filantrópico escora-se na beneficência individual; a fundação de escola e outras formas de ajuda aos pobres devem partir dos particulares: este princípio constitui como que a base ideológica da filantropia – actividade que se pretende inspirada por motivações mais elevadas do que as que movem a assistência pública – sobre a qual se visa lançar sólidos alicerces de coexistência social. Sendo a miséria considerada o fruto de uma vida desregrada, a educação parece ser o melhor meio de aprendizagem da obediência, do hábito do trabalho e do respeito das leis. (GEREMEK, 1995, p. 279-280)

De qualquer forma, como demonstra Geremek no trecho acima a filantropia mesmo defendendo um ideal filosófico elevado continua tentando ordenar e educar os pobres para

uma vida de trabalho e respeito as leis. Então, no final das contas o trabalho é central para a caridade, a beneficência e a filantropia mesmo que estas concepções sejam distintas em muitos aspectos. Sandra Caponi (2000) segue este mesmo raciocínio em sua obra sobre compaixão e solidariedade na prática médica, na qual relaciona as instituições de isolamento e as ações de assistência:

Talvez seja por isso que essas estratégias mudas e coercivas que se exercem sobre os corpos (pensemos na medicalização e hospitalização dos 'loucos' ou dependentes) insistem em apresentar-se como formas compassivas e piedosas de socorro e assistência. Se, tal como propusemos no início, desconsiderarmos a existência de uma estratégia maquiavélica, que se apresenta como compassiva para poder exercer mais livremente seu poder; constataremos que existe uma solidariedade não enunciada entre a dogma própria da compaixão piedosa e essa racionalidade utilitarista, estruturada segundo parâmetros de urgência social e de bem-estar geral, que está por trás das mais diversas instituições de controle social. (CAPONI, 2000, p. 41)

A autora utiliza os conceitos de assistência e piedade para explicar porque as ações de assistência não visam efetivamente mudar a realidade ou eliminar o pauperismo, mas sim oferecer auxílio. Para que essa assistência alcançasse sua plenitude o adulto capaz e não produtivo era transformado, por meio das patologias, em um sujeito desprovido de direitos elementares e infantilizado, que deixa de ser responsável pelas suas atitudes ao mesmo tempo em que perdia sua liberdade. Para ela a lógica da compaixão possibilita a manutenção desigualdade e justifica os mecanismos de controle social. (CAPONI, 2000, p. 38-39)

3 | A POBREZA E O TRABALHO

A definição de pobreza ou pauperismo é essencial para compreender as considerações e análises de **A piedade e a força**. Porque os pobres eram aqueles que possuíam apenas condições para sua subsistência física, porém por qualquer motivo como a perda do trabalho, colheitas ruins ou a morte de um dos membros da família deixavam de conseguir sustentar-se.

Então, se tornavam miseráveis, por vezes sem renda e moradia fixas, dependendo da caridade da Igreja e dos nobres que, depois das políticas sociais eram sujeitos ao enclausuramento perpetrado pelas municipalidades ou precisando das ações de benemerência e de filantropia. Essas ações para Sgarbossa (2015) são tentativas de “gestão da miséria”, respostas sociais diversas constituídas em diferentes contextos para o problema.

O problema social da pobreza e da miséria já se encontra presente na Antiguidade e na Idade Média, embora imbuído de traços próprios e de peculiaridades históricas únicas, não constituindo, portanto, uma exclusividade da modernidade.

Acredita-se que dito problema social reclama uma forma de gestão, seja ela dada pela organização política – Estado ou outra forma de organização política

preexistente –, pela Igreja ou pela sociedade. Diversas foram, historicamente, as tentativas de resposta ao dito problema. (SGARBOSSA, 2015, p.4)

Na Idade média a caridade era uma forma de controle do pauperismo e ao mesmo tempo manutenção da estrutura social. Se dava, principalmente, por meio da distribuição de esmolas por parte da Igreja e dos nobres abastados. Havia segundo Geremek (1995, p.26-27) um tipo de “contrato social”, porque o doador exercia sua caridade cristã para que seus pecados fossem perdoados e o receptor devia orar pelo seu bem. As doações eram feitas diretamente em ofertas espontâneas e indiretamente através da Igreja, com rituais de distribuição e calendários específicos, o que geralmente levava os beneficiados a migrarem de acordo com as distribuições de esmolas.

Na época existia uma preocupação com o merecimento dos mendicantes, que valorizaria mais a doação diante de Deus. A primeira divisão era entre válidos e inválidos para o trabalho, inclusive existiam também os intermediários, nos casos difíceis de determinar a capacidade da pessoa analisada. Essas separações eram comuns para definir se alguém devia ter ou não direito a pedir esmola. Mas além disso, os doadores privilegiavam os “pobres envergonhados”, membros da nobreza empobrecida e também os pobres mais próximos, moradores da mesma cidade e conhecidos.

O direito a esmolar se dava através da distribuição de insígnias e dos levantamentos nominais, que serviam também para registrar quais pessoas já haviam recebido esmolas quando e onde. Era esperado que a pessoa tivesse alguma característica externa que determinasse isso, como a idade tenra ou avançada, uma deficiência física aparente ou no caso das mulheres filhos muito pequenos que as impedissem de trabalhar, porque:

O dever das massas é trabalhar: o trabalho enquanto valor em si é colocado ora num degrau altíssimo, ora muito baixo na axiologia cristã ao longo dos séculos, mas nunca perde o carácter de uma obrigação imposta por Deus, a que o homem deve sujeitar-se no quadro do sistema social vigente. A pobreza que a ética social do cristianismo procura valorizar, apresentando a humildade como uma via para o ideal da vida cristã, é pois investida de diferentes funções consoante o destinatário da doutrina. A mensagem cristã junto das massas laboriosas consiste em convencê-las a aceitar humildemente o seu estatuto: no caso, abandonar o lugar que lhes impõe na vida social, ou seja, renunciar ao trabalho não seria um acto humildade, mas antes um gesto de orgulho. (GEREMEK, 1995, p. 30)

As categorias para as pessoas pobres elencadas na análise de Geremek (1995) sobre o pauperismo na Europa da Idade Média e Moderna em alguns casos foram extraídas das fontes primárias, como os documentos de recenciamento feitos pela Igreja ou por diferentes municipalidades, listas, tratados, ensaios e testemunhos escritos da época. E, em outros foram discutidas a partir de pesquisas sobre o trabalho, o consumo, a pobreza na Europa, etc.

Nesse sentido o autor considera que em regiões rurais a pobreza medieval se diluía e se equilibrava porque os laços comunais permitiam que as pessoas se ajudassem e o cultivo possibilitava a manutenção do mínimo vital para alimentação. Estes aspectos podem também ser interpretados com base nas reflexões de Erix Wolf (1976) porque ele relaciona diversos fatores que compõem o sustento do campesinato. Demonstrando a

importância da unidade familiar camponesa e sua relação com os recursos naturais e a produção de alimentos para subsistência:

Os membros permanentes têm de ser alimentados, alojados, vestidos e assistidos em outras necessidades num período de tempo prolongado. Em conseqüência, as exigências técnicas da economia doméstica requerem sua presença, ao mesmo tempo que devem ser suficientemente produtivas para permitir isso. Essa condição é mais provável onde o grupo doméstico controla a maioria ou mesmo todos os recursos naturais e habilidades requeridas para sua manutenção, e onde todos ou a maioria desses recursos são extraídos e elaborados dentro da unidade. (WOLF, 1976, p. 94-95)

Com a escassez do solo e as migrações para o ambiente urbano a pobreza se tornou mais latente, porque os trabalhadores precisavam comprar todos os alimentos, vestimentas, custear a moradia. Esse processo descrito por Geremek (1995, p. 115-125) se intensificou ao longo da Idade Moderna, porque os trabalhadores continuavam afluindo para as cidades em busca de trabalho, mas vivendo em regiões marginais, com moradias precárias e salários baixos. O aumento no número de trabalhadores levou ao desemprego, a mendicância, a violência e a comportamentos desviantes, como furtos, ações violentas e prostituição. De modo que, as políticas sociais e de beneficência eram principalmente para proteger a sociedade e depois pela inserção social das pessoas pobres.

Durante a Idade Moderna as pessoas que não possuíam empregos eram detidas nas casas de trabalho e hospitais de isolamento, como o Hospital Geral da França. Em ambos precisavam trabalhar, mas eram divididas em grupo, homens que eram direcionados para as construções e tarefas consideradas mais pesadas, enquanto mulheres, crianças e idosos executavam atividades consideradas mais leves como tecer, fiar, fazer botões.

O sistema das casas de trabalho, por sua vez, foi implementado por Estados europeus como a Itália, a Inglaterra e a França, embora mantendo as especificidades locais. Estas casas funcionavam com o sistema de acolhimento (compulsório ou não), coerção e trabalho. A primeira legislação de um governo europeu voltada para enfrentamento da pobreza foram as “leis dos pobres” inglesas. A primeira lei chamada “Statute” de 1601 definia três categorias de indigência; os válidos, os inválidos e as crianças. A separação entre os adultos (válidos e inválidos) e as crianças nesta categorização, pode ser interpretada como evidência do reconhecimento da natureza distinta da infância, mesmo que não especificassem ainda se serviam ou não para o trabalho. (ROSANVALLON, 1981, p. 143 apud SGARBOSSA, 2015, p.8)

A lei tomava como foco para suas ações as paróquias, ou seja, o direito a auxílio aos moradores de seu entorno. De modo que, as crianças e os inválidos recebiam auxílio financeiro, enquanto os válidos recebiam trabalho em domicílio ou nas “workhouses”. Caso, a pessoa se recusasse a trabalhar; era presa. O direito ao auxílio era para os inválidos e as crianças e o dever do trabalho para os adultos válidos. Essa separação se manteve até 1782, quando a lei “Gilbert’s Act” permitiu que em certas circunstâncias a ampliação do valor concedido também aos válidos e, referendou oficialmente que as crianças e idosos fossem acolhidos nas “workhouses”. O que incluiu as crianças no grupo dos trabalhadores válidos.

Somente em 1795 o “Speenhamland Parliament Act” estabeleceu uma renda mínima para os trabalhadores orientando-se de acordo com o preço do trigo e a quantidade média de consumo, somado ao número de filhos. Então a municipalidade pagava um auxílio complementar aos trabalhadores que não alcançassem a renda mínima. O objetivo do apoio financeiro era evitar as consequências desviantes da miséria, por exemplo, o roubo, a prostituição, entre outros crimes. (HOLCMAN, 1997, p. 16 apud SGARBOSSA, 2015, p.8)

A Revolução Industrial e o modo de produção capitalista foram os responsáveis pela revogação destas leis. Assim, em 1834 a “Poor Law Amendment Act” fez com que os critérios para os auxílios se tornassem mais seletivos, trouxe privações aos albergados nestas casas de trabalho, a remoção dos direitos políticos e a estigmatização daqueles amparados pela legislação. (HOLCMAN, 1997, p. 16 apud SGARBOSSA, 2015, p. 9-10)

Com a ampliação das fábricas nos séculos XVIII e XIX, para Geremek a pobreza foi associada a condição operária, situação que só mudaria com o desenvolvimento capitalista de fins do século XIX e início do XX. Ainda assim persistiria na mentalidade coletiva a ideia do “(...) trabalho como dever dos pobres e fundamento do seu estatuto”. Assim criar postos de trabalho era uma forma de assistência social e meio para combater a decadência moral. O que mesmo após a modernidade se expressou na retomada da assistência social como meio de “repressão/educação”. (GEREMEK, 1995, p. 276)

4 | A INFÂNCIA E AS CRIANÇAS POBRES

As crianças pobres na obra de Geremek (1995) sempre aparecem subordinadas as condições sociais, econômicas e a outras categorias ou grupos, por exemplo, a criança poderia ser parte de uma família pobre ou órfã, capaz ou incapaz de trabalhar dependendo de sua idade e condição física. Além disso, seu gênero era determinante para o tipo de função que poderia exercer e a forma de auxílio e tratamento que a criança receberia. Poderia mendigar e/ou trabalhar, mas faria isso de acordo com os aspectos indicados.

Então o ponto de partida é a criança pobre e para ela o trabalho era uma parte comum do cotidiano, fosse para ajudar na subsistência de sua família ou tentar suprir o próprio sustento. O autor neste livro não se dedica a discutir profundamente os comportamentos desviantes como o furto, a prostituição e as ações violentas. No entanto, cita algumas vezes as prostitutas e a preocupação das municipalidades europeias com a violência causada pelo pauperismo.

É possível supor de acordo com isso, que as crianças pobres poderiam ter e muitas vezes de fato tinham comportamentos desviantes entre e com os adultos, mesmo que isso não tenha sido claramente delimitado. Por exemplo, o autor citou algumas vezes prostitutas recolhidas em casas de trabalho e hospitais sem determinar suas idades e entre as primeiras políticas sociais de benemerência para meninas estavam: conseguir um lugar para que realizassem o serviço doméstico e a garantia de um dote de casamento.

Políticas mais voltadas para inserção no universo feminino adulto que no infantil. Para os meninos a preocupação das primeiras políticas sociais era o aprendizado de um ofício e um lugar para trabalhar. Ou seja, havia um recorte de gênero na forma como as políticas públicas de benemerência operavam com as crianças.

Conforme, aponta Tucker (1982, p. 255-261) o status social da criança era semelhante ao das mulheres e idosos. Apesar de, em alguns aspectos ser considerada de forma neutra e associada ao menino Jesus por sua inocência e perfeição. Ainda que, certas atividades lhes fossem vetadas por sua inaptidão e inexperiência, a infância não estava tão claramente demarcada como atualmente. As crianças geralmente eram vistas como seres assexuais. Porém graças ao desenvolvimento do capitalismo na modernidade e a ampliação do modelo de vida burguês passaram a receber mais cuidados e ser encaradas de maneira diferente.

Em casas de trabalho e hospitais dependendo de sua idade, gênero e condição física a criança seria colocada no grupo das mulheres e idosos ou no grupo dos homens. Geralmente as crianças, mulheres e idosos realizavam atividades que exigiam menos força física. Enquanto os homens adultos eram direcionados para trabalhos mais penosos e fisicamente exigentes como trabalho em construções e em fábricas de cerveja.

Manuel Menezes (2014, p. 302) ao discutir o grande enclausuramento no Hospital Geral de Paris no século XVII, mostrou como acontecia a divisão das crianças entre os diferentes estabelecimentos que o compunham. Na “Maison de la Pittié” funcionavam as partes administrativa e de armazenamento, essa unidade era responsável também pela triagem dos futuros internos e lá permaneciam as crianças dos quatro aos doze anos. Depois destas idades as crianças, de acordo com o gênero eram direcionadas para “Bicêtre” com os homens ou para “Salpêtrière” com as mulheres. Além disso, as crianças de ambos os sexos e os órfãos podiam ainda ser enviadas para o “Hôpital du Saint-Espirit”.

Com o tempo, segundo Menezes (2014 p. 307-308) o hospital restringiu seu público, então passou a aceitar meninas com até treze anos, rapazes com até 15 anos, mães grávidas e/ou com muitos filhos sem condições de sustento, idosos. Tendendo aos poucos a servir mais como hospital, orfanato e asilo do que como espaço voltado para o trabalho e a reeducação social.

Geremek (1995, p. 252-253) aponta que em Bridewell no ano 1602 dos 37 indivíduos registrados apenas um tinha mais de 21 anos. Além disso, o autor indica a repetição dos períodos de internamento e cita uma criança de 12 anos que já havia passado pela instituição inúmeras vezes. À medida que, se discute o tratamento e o cuidado adequado as crianças nos séculos XVII, XVIII e XIX a condição econômica faz toda diferença. Enquanto a infância burguesa se constitui amparada na educação formal e na família, a infância pobre com ou sem família se passa entre casas de trabalho, fábricas têxteis, hospitais, orfanatos e várias formas de trabalho informais.

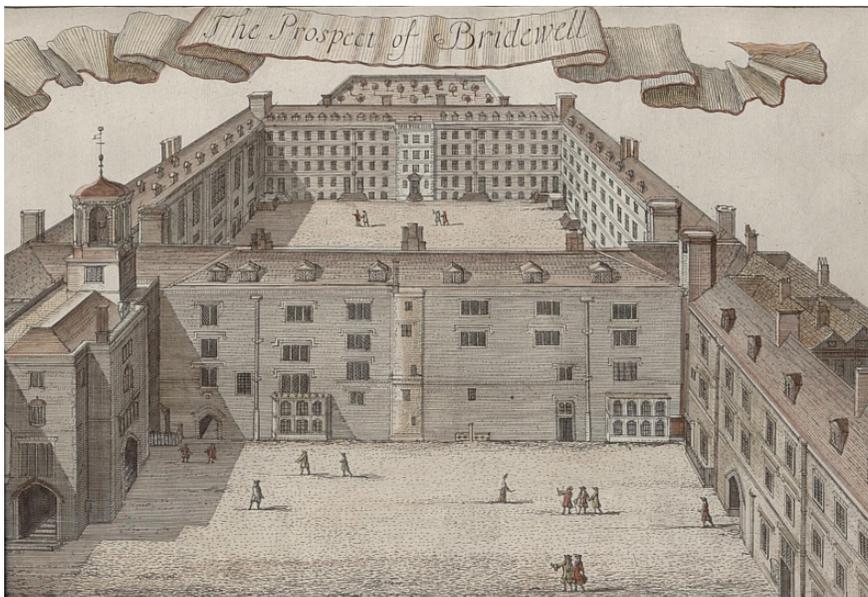


Figura 1- O projeto de Bridewell Fonte: STRYPE'S, John. **The Prospect of Bridewell**. Londres, 1720. 1f. Projeto arquitetônico. Disponível em: <https://www.londonlives.org/static/Bridewell.jsp>.

Essa aproximação entre mulheres e crianças é corroborada por Marwick (1982, p.288) ao afirmar que a vida da criança francesa até os sete anos aproximadamente era a vida da mulher francesa, porque estava próxima aos cuidados maternos. Assim, cada mudança física como o nascimento dos dentes de leite e cada etapa do crescimento demarcavam para os franceses partes do desenvolvimento infantil.

Nesse sentido, os homens tinham uma posição preponderante na sociedade em relação as mulheres, idosos e crianças que tinham uma posição secundária explicitada inclusive na estruturação familiar como demonstram Moura e Araújo (2004):

A constituição da família, portanto, diferia muito, até o século XVIII, das formas de organização encontradas posteriormente e que se tornaram predominantes no período moderno, caracterizadas por sentimentos de ternura e intimidade ligando pais e filhos ou pela valorização da criança. Se o homem ocupava então o lugar central da família, a condição da esposa equiparava-se à da criança, ou seja, era de submissão a sua autoridade. O casamento realizado por contrato, segundo as necessidades econômicas e as alianças políticas das famílias, inibia qualquer expressão de afetividade entre os cônjuges, sendo o amor conjugal considerado desnecessário a um bom casamento. Nesse contexto, a posição ocupada pela criança também diferia daquela experimentada posteriormente. (MOURA; ARAÚJO, 2004, p.45)

Podemos associar esta discussão a proposta interpretativa de Ariès (1986), ou seja, considerar que as mudanças ocorridas na modernidade, em especial com a formação da família burguesa fizeram com que a criança passasse a ser mais valorizada e tratada de forma diferente. Em especial no que se refere a este deslocamento da autoridade paterna para o amor materno. Tendo além disso, os processos de escolarização e a igualdade de

acesso a herança afetado essa percepção também. Porque na Idade Média geralmente apenas o primogênito do sexo masculino herdava os bens.

De certa forma, como discute Martins (2015) a valorização da maternidade e da figura feminina permitiram que as mulheres pertencentes as classes mais abastadas, pudessem desenvolver outras atividades fora do âmbito doméstico como a filantropia. Mesmo que essa não fosse uma proposta exclusivamente feminina, sua participação passava pela construção da virtude feminina e da bondade na modernidade. Como parte do exercício de seus os papéis sociais de mãe e esposa.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, a infância e as crianças pobres como temas específicos para discutir na obra de Geremek possibilitam um olhar mais aprofundando dentro das conjunturas discutidas pelo autor, passando do recorte macro ao micro temático. Essa abordagem se pautou no paradigma indiciário proposto por Ginzbug (1989), ou seja, numa interpretação de dados secundários e residuais como meio para construir uma análise singular de um determinado anteriormente marginalizado.

Contrapondo suas considerações a análises e informações de outras referências, por um lado percebe-se que existiam nas épocas pesquisadas uma noção de infância, a consciência das diferentes etapas do desenvolvimento infantil e uma relação de alteridade e diferenciação entre homens, mulheres, crianças e idosos. Mas por outro, que para as crianças pobres essa diferenciação era mais difusa, uma vez que o critério mais importante para sua inserção social era a capacidade de trabalhar, conforme eram capazes de fazê-lo eram gradualmente inseridas no mundo adulto, muito mais rápido do que as crianças ricas que passavam antes por processos educacionais.

Conforme o auxílio aos mais pobres se desenvolveu e passou da caridade a beneficência e, então a filantropia a separação entre crianças e adultos pobres se tornou cada vez mais clara e relevante. Porque a criança passou a ser foco de interesse de políticas sociais específicas inicialmente para alfabetização, aprendizado de ofícios e para trabalho doméstico e posteriormente para educação formal e pública.

O cerne destas políticas era que as crianças com a formação adequada se tornariam bons trabalhadores e evitariam comportamentos desviantes e/ou violentos e perigosos para a sociedade como um todo. Assim, o binômio piedade e força se constitui na obra de Geremek, porque em sua interpretação o auxílio serve primeiro a sociedade por meio da ordenação, controle e coerção e depois para aqueles que o recebem.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

CAPONI, Sandra. **Da compaixão à solidariedade: uma genealogia da assistência médica**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2000. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/dg2mj/pdf/caponi-9788575415153.pdf>>. Acesso em 16 set. 2020.

DRUMOND, José G. de F. Ética y calidad en salud. Filotecnia versus filantropía. **Acta Bioethica**, Chile, n.16, p.119-123, dez. 2010. Disponível em: <https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1726-569X2010_000200003&lng=n&nrm=iso&tling=pt>. Acesso em: 16 set. 2020.

FERNANDES, José A. 1932-2008 Bronislaw Geremek – Um Europeu para a Europa. **Medievalista**, Lisboa, n. 5, p. 1-4, dez. 2008. Disponível em: <<http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/>>. Acesso em: 16 set. 2020.

GEREMEK, Bronislaw. **A Piedade e a força: história da miséria e da caridade na Europa**. Tradução de Maria de Assunção Santos. Lisboa: Terramar, 1995.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Traduzido de: CAROTTI, Frederico. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MARTINS, Ana P. V. A feminilização da filantropia. **Gênero**, Niterói, v.15, n. 2, p. 13-28, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revista_genero/article/view/31210>. Acesso em: 16 set. 2020.

MARWICK, Elizabeth W. Naturaleza y educacion: Pautas y tendencias de la crianza de los niños em la Francia del siglo XVII. In: De MAUSE, Lloyd. **Historia de la infancia**. Madrid: Alianza, 1982.

MENEZES, Manuel. Movimento de enclausuramento: o Hospital Geral como dispositivo para a esconjuração e o confinamento dos riscos sociais. **Gestão e Desenvolvimento**, Rio Grande do Sul, n. 22, p. 291-312, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/22945/1/14ManuelMenezes%20291-312.pdf>>. Acesso em: 16 set. 20.

MOURA, Solange M. S. R de; ARAÚJO, Maria de F. A Maternidade na História e a História dos Cuidados Maternos. **Psicologia, Ciência e Profissão**, Brasília, n. 24, p. 44-55, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932004000100006>. Acesso em: 16 set. 2020.

TUCKER, M. J. El niño como principio y fin: la infancia en la Inglaterra de los Siglos XV e XVI. In: De MAUSE, Lloyd. **Historia de la infancia**. Madrid: Alianza, 1982.

SABATER, Jordi. La piedad y la horca. Educació social. **Revista d'intervenció socioeducativa**, Barcelona, n. 65, p. 177-178, 2017. Disponível em: <<https://www.raco.cat/index.php/EducacioSocial/article/view/324034>>. Acesso em: 22 fev. 2021.

SGARBOSSA, Luis F. Inúteis ao mundo: o pauperismo, os indivíduos sobrenumerários e a gestão da miséria até o século XIX. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 36, n. 2, p. 3-16, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/20164>>. Acesso em: 16 set. 20.

STRYPE'S, John. **The Prospect of Bridewell**. Londres, 1720. 1f. Projeto arquitetônico. Disponível em: <<https://www.londonlives.org/static/Bridewell.jsp>>. Acesso em: 22 fev. 2021.

WOLF, Eric R. **Sociedades Camponesas**. Trad. Oswaldo C. C. da Silva. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

DIMENSÕES DA INFÂNCIA NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br



Atena
Editora

Ano 2021

DIMENSÕES DA INFÂNCIA NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2021